

## VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA, EVASÃO NO ENSINO E IMPLICAÇÕES COM A EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS

Priscylla Helena Alencar Falcão Sobral e Rochele De Quadros Loguercio

**RESUMO:** Este escrito propõe reflexões teóricas sobre a problemática da violência LGBTfóbica, sua relação com a evasão no ensino superior e intersecções com a educação em ciências. Para tanto, fundamenta-se nas teorizações de Michel Foucault sobre sexualidade e os mecanismos de poder que a atravessam. A presença de pessoas não heteronormativas nos ambientes de ensino expõe práticas pedagógicas de inferiorização e disciplinarização. Ao considerar a sexualidade e o gênero como variáveis cujas diferenças demarcam processos de exclusão e de violência no território acadêmico, percebe-se que estes atuam como fatores intrínsecos às condições de permanência no ensino. O ambiente universitário é um lugar de reafirmação de hierarquias e reprodução de violências que atravessam as expressões da sexualidade e as relações de gênero e a Educação em Ciências tem atuado reprodutora dessas significações excludentes, lógica que precisa ser exposta e desestabilizada a fim de mudar a situação de exclusão destas pessoas.

**Palavras-chave:** Violência Baseada em Gênero, Evasão no Ensino, Educação Superior

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este escrito problematiza a violência LGBTfóbica nos espaços de formação acadêmica, ampliando a visibilidade das maquinarias que a produzem, seus efeitos e seus atravessamentos com a Educação em Ciências. Historicamente, o ensino das questões sobre a sexualidade e o corpo tem sido atribuído às disciplinas do ensino em ciências, com ênfase sobre conceitos e distinções fisiológicas, anatômicas e reprodutivas orientadas pela lógica binária feminino/masculino. Desconsidera, dessa forma, a constituição histórica e social na construção dos gêneros e das sexualidades, que tem nos espaços de educação um potente lócus para articulação de existências que desafiam a lógica normativa de construção do conhecimento científico (COELHO; CAMPOS, 2015).

As discussões sobre as chamadas perspectivas da diferença e os corpos políticos invadem o currículo como um todo, mas ocupam um lugar de destaque na educação em ciências que insiste em tomar o corpo como neutro, esvaziado de sentido social e histórico e interpelado como se *in vitro* fosse. Destituída de sentido, a educação sobre os corpos, as sexualidades e os gêneros encontra no ensino em ciências, conforme afirmam Coelho e Campos (2015, p. 899), um reprodutor do heterossexismo, da homofobia e de significações excludentes relacionadas ao gênero.

Os sentidos atribuídos a estas questões ao longo da educação científica atendem a interesses dominantes cujas estruturas modelam relações de poder com efeitos reguladores sobre os corpos, as sexualidades, as atitudes e os significados. Esses efeitos atuam de forma estratégica e se materializam em crenças e normas que atuam no controle das pessoas, impedindo-as de perceber as injustiças a que estão sujeitas (MARIUZZO, 2003). Esse sistema de controle está presente nos diferentes espaços sociais e indicam o que é desviante e o que é normal, contribuindo para o não reconhecimento da diversidade sexual enquanto legítima e para as articulações de poder que levam a situações de opressão e violência.

Nesse sentido, pode-se definir que a discriminação contra pessoas LGBTQ+ é um fenômeno estruturante das relações entre indivíduos e, também, da própria dinâmica social e cultural (JUNQUEIRA, 2009). Nos ambientes acadêmicos, as manifestações de preconceito com base na orientação sexual e na diversidade de gênero tem assumido expressões cada vez mais sutis e simbólicas. As motivações que desencadeiam essa discriminação estão associadas ao sexismo e a visões tradicionais e estereotipadas das expressões de gênero e sabe-se que

ambientes hostis e homofóbicos produzem efeitos como isolamento e risco de abandono escolar (CARVALHO *et al*, 2017).

Para pensar estas questões, perspectivamos o olhar sobre a violência contra os grupos LGBTQIA+ a partir dos estudos de Michel Foucault sobre a sexualidade, que inspiram estudos queer em dois pontos principais: a problematização do corpo, da sexualidade e do gênero como dispositivos históricos, constituídos por vontades de saber-poder-verdade; e a desnaturalização da sexualidade, situando-a como uma categoria construída das experiências históricas, sociais e culturais. Essa perspectiva nos ajuda a pensar as relações entre a violência motivada pelas diferenças de gênero nos espaços formativos, a evasão nos ambientes de ensino e seus atravessamentos com a Educação em Ciências.

## **RELAÇÕES DE PODER, SEXUALIDADE E VIOLÊNCIA**

Foucault discorre que as relações de poder se expressam nos mais diferentes cenários, sendo demarcadas pela disciplina e seus modos característicos de punição, demonstrando que as relações entre poder, direito e verdade são intrínsecas (FOUCAULT, 2008). A existência de uma ciência orientada pelo sistema hegemônico e heteronormativo, que produz uma forma específica de ser e existir no mundo, demanda sujeitos reguláveis e reguladores cujos efeitos se expressam nas formas como a sociedade se movimenta. Segundo Alfredo Veiga-Neto (2003), essas relações são tão complexas e interdependentes que, ao serem mobilizadas para interesses individuais, são responsáveis pelo estabelecimento do que se nomeia relações de força, distribuídas difusamente por todo tecido social.

Quando trazemos essa discussão para a área da sexualidade, observamos que uma multiplicidade de discursos sobre o sexo está sutilmente hierarquizada e estreitamente articulada em torno de um feixe de relações de poder. Neste, Michel Foucault (2007) situa a sexualidade como um dos elementos de maior instrumentalidade, que serve para articular as mais variadas estratégias para estimulação dos corpos, intensificação dos prazeres e reforço dos controles e das resistências.

Ele defende a sexualidade como uma complexa estratégia de poder sobre a vida, um biopoder que investe na dimensão individual dos corpos e prazeres e no corpo-população de um determinado território. O filósofo (2000) também argumenta sobre a biopolítica, uma

tecnologia de poder que produz e delimita os modos de ser e de existir, onde os processos de normalização passam do nível individual para o coletivo, deslocando a lógica do indivíduo para a população. A biopolítica avança nas definições das existências de uma população ao produzir processos de subjetivação homogêneos e normalizadores, que atuam nas engrenagens da produção de poder para que este avance, se ramifique, opere em novos territórios e mantenha as relações desiguais já existentes (CASSAL; BICALHO, 2011).

Na contemporaneidade, a sociedade, o campo acadêmico-científico e os meios midiáticos tem aberto espaço para discussões sobre as subjetividades que escapam à heteronormatividade. No entanto, essa maior visibilidade produz efeitos contraditórios, já que a crescente aceitação da pluralidade sexual pelos setores sociais, e até mesmo o consumo de alguns de seus produtos culturais, são acompanhados pela renovação e recrudescimento de setores tradicionais, que produzem a retomada de valores familiares tradicionais capazes de conduzir a manifestações de extrema agressão e violência física (LOURO, 2008).

A violência motivada pelo gênero e pela sexualidade se tornou uma bandeira central para o ativismo e foi a partir disso que a expressão homofobia começou a ser usada para caracterizar esse tipo de violência (RAMOS; CARRARA, 2006).

Desde então, houve avanços significativos, mas preocupa a visibilidade da díade vítima-agressor que desvaloriza o caráter de produção coletiva das violências, impossíveis de serem delimitadas em normas e regras de condutas e para as quais interessa haver medo e conflito (CASSAL; BICALHO, 2011). A agressão a uma pessoa opera, ao mesmo tempo, no sentido de tentar regular comportamentos e como estratégia de punição pelo exemplo àqueles/as que transgridem. E falar de homofobia significa falar de medo, um mecanismo de biopoder que reforça as identidades essencializadas, ao esvaziar o debate público e ao fortalecer um modelo de judicialização da vida e dos conflitos.

O medo é produzido nas práticas cotidianas, por vezes justificando e legitimando políticas de repressão direcionadas a populações consideradas desviantes. Ele atravessa as construções de gênero e provoca um esvaziamento de espaços públicos, pois demarca os encontros, a circulação nos espaços e a existência em alguns territórios como perigosos e inadequados, um atravessamento muito potente na produção de modos de existir (BATISTA, 2003).

Nos territórios acadêmicos, as violências praticadas fundamentam-se justamente sob essa premissa, onde as práticas e jogos de poder acontecem para regular os corpos e comportamentos, expondo o caráter normalizador sob o qual o ensino, as interações acadêmicas e pessoais estão fundamentadas. Nesses espaços, são evidentes os efeitos do modelo hegemônico cisheteronormativo nas práticas de ensino de diferentes áreas da educação científica. A formação profissional sob tal referencial produz subjetividades despreparadas para lidar com a complexidade de demandas nos diferentes níveis do sistema educacional e pouco se percebe iniciativas para garantir o direito à educação equânime e sensível às questões de gênero para os grupos minoritários.

## **A VIOLÊNCIA LGBTFÓBICA NO ENSINO SUPERIOR E IMPLICAÇÕES COM A EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS**

As pessoas LGBTQIA+ tem cada vez mais se inserido na sociedade, no entanto, o histórico marcado pelo preconceito e marginalização ainda faz com que tenham que lutar por direitos de cidadania básicos, como a educação (COELHO; CAMPOS, 2015). O acesso à educação universitária tem sido ampliado e a experiência empírica tem revelado que a existência dessas pessoas nos ambientes de formação concretiza-se como um ato de resistência política, simbólica e de representatividade de indivíduos que sempre foram mantidos à margem do acesso ao conhecimento científico.

Podemos entender, portanto, que o acesso de pessoas LGBTQ+ ao aparato científico e tecnológico ofertado pelas instituições acadêmicas representa a oportunidade de ressignificar o ideal da ciência e do ensino em ciências como um privilégio das pessoas que se adequam ao padrão científico dominante, inclusive na produção do conhecimento científico fomentado pela universidade como sendo algo fora do alcance para pessoas desviantes.

Tomando as instituições de ensino superior como parte de uma maquinaria de produção dos sujeitos, entende-se que as práticas pedagógicas e o currículo que as orientam funcionam como aparatos de subjetivação, fabricando formas difusas de sujeição. Essas instituições produzem em seu cotidiano uma política de reconhecimento, uma visualidade normativa, estabelecendo, através da naturalização de suas práticas, uma inteligibilidade social que

circunscreve universais, assim como produz formas de vidas precárias, não passíveis de luto e vítimas da violência (BUTLER, 2020).

Sabe-se que marcadores sociais de diferenciação atuantes nas universidades, como classe, raça, gênero, território e sexualidade, situam-na como lugares que não apenas reproduzem, mas atualizam desigualdades e hierarquias (NARDI *et al.*, 2013) que retroalimentam as situações de violência manifestas em seu meio. Isso acontece de tal forma que a permanência de estudantes LGBTQIA+ nos espaços de educação tem sido perpassada por situações de opressão, discriminação e silenciamento (re)produzidas e atualizadas por valores e práticas que, através dos currículos, tem instituído a heterossexualidade como única possibilidade legítima de expressão (ALVES; SILVA, 2016).

Informações públicas evidenciam o aumento da incidência de violência LGBTfóbica no Brasil. Essa violência caracteriza-se por um “conjunto de anseios como ira, nojo, desconforto, receio, horror, desprezo e descaso pelas pessoas que não estão inclusas nas definições rígidas vinculadas à heteronormatividade e à dialética binária de gênero” (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 7). Tais anseios e atitudes instauram um regime de poder, dominação e censura direcionado às preferências sexuais, às expressões de gênero e às identidades dos indivíduos, que são sujeitados a mecanismos punitivos ao contrariarem as normativas.

Nas instituições de formação, a LGBTfobia é polimorfa e manifesta-se de forma simbólica e sutil nos materiais didáticos, nas concepções curriculares, nos conteúdos científicos e nas relações pedagógicas normalizadoras. A literatura indica que os *campi* universitários brasileiros são espaços com plena expansão dessa violência, evidenciando situações complexas que incluem trotes violentos, assédio sexual e moral, estupros, práticas de racismo e de homofobia, agressões físicas, uso de uma semântica violenta e até mesmo homicídios (BANDEIRA, 2017).

Quando refletimos a presença de pessoas LGBTQIA+ nos espaços de educação, naturalmente a universidade deveria ser pensada como importante interlocutora do acesso e da produção do conhecimento científico sem distinção entre as pessoas. Contudo, a resistência em conceber o ensino científico também como direito dessas minorias e em incluir a perspectiva de gênero e diversidade nos currículos, diretrizes e políticas educacionais ainda é um desafio. Nessa perspectiva, o ensino em ciências se ausenta de cumprir seu papel político de desmontar

tais resistências, e termina por negligenciar as questões de gênero (MARTINS; LOPES, 2017). O esvaziamento desse debate, portanto, atua como mantenedor e reproduzidor das forças que operam a violência LGBTfóbica nos espaços de educação.

Por outro lado, a educação científica pode atuar no sentido oposto, contribuindo significativamente nas reflexões sobre as questões de gênero, já que também reflete como ocorre a produção dos saberes, dos usos e das formas de atuação da Ciência (SILVA, 2006). Além disso, é fundamental para a transformação social e para a eliminação das desigualdades de gênero pois, para participar das discussões e tomar decisões, as pessoas devem ter condições de arbitrar sobre o processo científico e os impactos de sua produção (ALMEIDA; FRANZOLIN, 2017).

Nessa perspectiva, a educação científica atua na formação de cientistas e de cidadãos/cidadãs para a atuação na vida em sociedade, onde a Ciência está presente nas decisões individuais e coletivas (FENSHAM, 1992 apud FEINSTEIN, 2015). Além disso, é fundamental para a transformação social e para a eliminação das desigualdades de gênero, pois para participar das discussões e tomar decisões, as mulheres e os homens, consideradas suas experiências, sexualidades e identidades, devem ter condições de arbitrar sobre o processo científico e os impactos de sua produção (ALMEIDA; FRANZOLIN, 2017).

## **A PROBLEMÁTICA DA EVASÃO: INVISIBILIDADES NA EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS**

Segundo Guacira Louro (2003), uma noção de gênero e sexualidade tem sustentado o currículo e as práticas pedagógicas a partir de uma suposta lógica que define apenas um modo legítimo de masculinidade e de feminilidade. Isso reflete um padrão de invisibilização dos sujeitos não normativos nos espaços formativos, observado na produção de conteúdos, na formação de educadores e nos indicadores educacionais.

A educação superior orientada pelos princípios científicos dominantes valoriza os problemas individuais, frequentemente desconsidera questões coletivas, afetivas, históricas e culturais. Assim, há pouco estímulo para se pensar criticamente a realidade, visando produzir respostas novas para as questões cotidianas. Nessa conjuntura, o ensino científico tradicional



não valoriza estratégias que modulem o aprendizado sob os eixos da equidade e da humanização.

Ao considerar o gênero como uma variável cujas diferenças demarcam processos de exclusão e de violência nos espaços acadêmicos, a identidade de gênero e a orientação sexual constituem fatores intrínsecos às condições de permanência no ensino, podendo a violência ampliar os riscos de abandono (ALVES; SILVA, 2016). Sobretudo pela expressividade que a LGBTfobia vem ganhando, com repercussões psíquicas, educacionais e sociais irreparáveis, a permanência nos espaços educacionais tem sido ameaçada (FERREIRA; FERREIRA, 2015).

No que se refere aos estudos na área de Educação em Ciências, ainda são insuficientes as investigações sobre as problemáticas de gênero, a produção de violências e suas implicações para a formação científica de grupos minoritários como o LGBTQ+. Uma busca na literatura da área mostra que estudos que associam gênero e educação em ciências limitam-se a analisar a baixa inserção das mulheres na área de ciências e as disparidades existentes no ensino ou educação em ciências entre homens e mulheres em relação à menor presença do sexo feminino nas áreas científicas e tecnológicas, o favorecimento dos homens na área e a evidência constante da cultura sexista nas ciências.

Desconsideram, portanto, importantes questões de gênero relacionadas às distintas formas de fazer ciência por pessoas que não estão rotuladas nesse binarismo. Outra importante constatação é o baixo investimento em pesquisas sobre a LGBTfobia no ensino superior, de forma que as produções existentes são escassas, não contemplam a densidade teórica e analítica necessárias e são bastante recentes. Por outro lado, as pesquisas envolvendo a problemática são mais consistentes quando o ambiente é a escola.

Em 2016, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT- divulgou relatório sobre as experiências de adolescentes e jovens LGBT em ambientes educacionais brasileiros, tendo escolas como lócus de investigação em todo o país. Os resultados evidenciam que 60% de estudantes se sentem inseguros/as na escola por causa de sua orientação sexual e 43% se sentiam inseguros/as por causa de sua identidade/expressão de gênero.

Outra importante constatação foi que 27% de estudantes LGBT foram agredidos/as fisicamente por causa de sua orientação sexual, outros/as 25% foram agredidos/as fisicamente



na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero, enquanto 56% desses/as estudantes foram assediados/as sexualmente na escola. O relatório ainda alerta que estudantes tinham duas vezes mais probabilidade de ter faltado à escola no último mês se sofreram níveis mais elevados de agressão relacionada à sua orientação sexual ou expressão de gênero.

No ensino superior em ciências, destaca-se a pesquisa de Daitx, Loguercio e Strack (2016) que investigou os fenômenos da evasão e da retenção no curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No estudo, a evasão aparece associada a determinantes de infraestrutura, tipo de acolhimento recebido pelos/as/es alunos/as/es e fatores intrínsecos ao curso. No entanto, sem desmerecer sua relevância, assim como outros estudos, não amplia a discussão sobre outros fatores interferentes como o peso que a LGBTfobia tem nos processos de evasão em campos de conhecimento em que os níveis de abandono são alarmantes.

Outro relatório que deixa a desejar nesse sentido, é o Censo da Educação Superior no Brasil (2017), que identifica as altas taxas de desistência dos estudantes que ingressaram nas Licenciaturas em Pedagogia (41,7%), Química (55,4%), Matemática (55,6%), e Física (62,2%) (INEP, 2019). Neste, o fenômeno da evasão é estudado com ênfase nos fatores financeiros, materiais e curriculares seguindo a mesma lógica que não explora suficientemente as ligações com as violências e as questões de sexualidade e gênero.

Com isso, chama-se atenção para a necessidade de explorar essas ligações e suas influências para a desistência no ensino superior. É necessário ultrapassar a materialidade estrutural, física e acadêmica e um olhar atento às subjetividades e aos fatores relacionais imbricados nas relações de poder que ditam a existência dos distintos grupos nos espaços de formação e limitam o acesso à educação científica para uma minoria privilegiada que atende aos padrões dominantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das considerações teóricas apresentadas, foi possível refletir sobre a violência LGBTfóbica e como produz efeitos diretamente relacionados com o que Foucault nomeou tecnologias de poder. Essas relações de força sobre a sexualidade têm seu ponto de apoio individual (biopoder) ou coletivo (biopolítica) em mecanismos disciplinares que compreendem

elementos discursivos e não discursivos que operam constantemente no sentido de regular as ações, as existências e os comportamentos dos indivíduos nos mais distintos lugares.

Vimos que o ambiente universitário é um lugar de reafirmação de hierarquias e reprodução de violências que atravessam as expressões da sexualidade e as relações de gênero e apontamentos de que a Educação em Ciências tem atuado como reprodutora do heterossexismo, da homofobia e de significações excludentes relacionadas ao gênero. Esse território produz e reproduz estratégias de controle da sexualidade e das performances de gênero, de tal forma que as tecnologias de poder retroalimentam práticas de violência e discriminação voltadas à eliminação de corpos indisciplinados e servem ao ideal científico dominante.

Os níveis de desistência de pessoas que ingressam no nível superior são alarmantes, no entanto, até o momento inexistem evidências científicas que atestem o peso que a LGBTFobia tem nos processos de evasão e a magnitude do problema. Essa é uma questão que necessita urgentemente ser levantada e mapeada, pois dar visibilidade às violências recorrentes sofridas por pessoas LGBTQ+ nos espaços acadêmicos significa desestabilizar as concepções vigentes e expor fissuras presentes nas estruturas institucionais e sociais. É também um chamado às comunidades científicas, acadêmicas e sociais à responsabilidade de fomentar políticas educacionais e ações de enfrentamento que ajudem a desconstruir práticas que reafirmam e contribuem para a situação de exclusão destas pessoas.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, R.C.D.P.; SILVA, E.L.S. Universidade, gênero e sexualidade: experiências curriculares e formativas de estudantes não heterossexuais na UFRB. *GÊNERO*, Niterói, v.17, n.1, p. 83-98, 2016.

ALMEIDA, E.A.E.; FRANZOLIN, F. A educação em Ciências e a perspectiva de gênero. Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de julho de 2017.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BANDEIRA, L.M. Trotes, assédios e violência sexual nos campi universitários no Brasil. *GÊNERO*, Niterói, v.17, n.2, p. 49-79, 2017.

BATISTA, V.M. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BUTLER, J. Vida precária: os poderes do luto e da violência. 1 ed.; 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CARVALHO, C.P.; PINHEIRO, M.R.M.; MARTINS, D.L.s; SIMÕES, A.F.; MACEIRAS, M.J. Atitudes face à homossexualidade: uma proposta de avaliação para a intervenção socioeducativa. *Itinerarius Reflectionis*, Goiás, v. 13, 2017.

CASSAL, L.C.B.; BICALHO, P.P.G. Homofobia e sexualidade: o medo como estratégia de biopoder. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 10, n. 2, 2011.

COELHO, L.J.; CAMPOS, L.M.L. Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 21, n. 4, p. 893-910, 2015.

DAITX, A.C.; LOGUERCIO, R.Q.; STRACK, R. Evasão e retenção escolar no curso de licenciatura em química do Instituto de Química da UFRGS. *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 21, n. 2, pp. 153-178, 2016.

FERREIRA, C.C.; FERREIRA, S.P. Vivências escolares de jovens homossexuais afeminados: estratégias de resistência e permanência. *Tópicos Educacionais*, Recife, v.21, n.2, P. 103- 138, jul/dez, 2015.

FENSHAM, P. (1992). In: FEINSTEIN, N.W. Education, Communication, and Science in the Public Sphere. *Journal of Research in Science Teaching*, vol. 52, n. 2, p. 145–163, 2015.

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976), (trad. de Maria Ermantina Galvão). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. História da sexualidade, V.1: A vontade de saber. Graal ed. Rio de Janeiro: 2007.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 35.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

JUNQUEIRA, R. D. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. p. 367-444. Disponível em: <[http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/39/diversidade\\_sexual\\_na\\_educacao\\_e\\_homofobia\\_nas\\_escolas.pdf](http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/repositorio/39/diversidade_sexual_na_educacao_e_homofobia_nas_escolas.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2022.

LOURO, G.L. Currículo, gênero e sexualidade – o ‘normal’, o ‘diferente’ e o ‘excêntrico’. In: LOURO, G. L. et al. (Org.). *Corpo, Gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

Louro, G.L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições* [online]. 2008, v. 19, n. 2 [Acessado 20 Março 2022], pp. 17-23. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>>. Epub 17 Set 2010. ISSN 1980-6248. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000200003>.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2017* [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MARIUZZO, T. Formação de professores em orientação sexual: a sexualidade que está sendo ensinada nas nossas escolas. 2003. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2003.

MARTINS, L.G.; LOPES, N. Gênero: Questão Sociocientífica no Ensino de Ciências. Anais do XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de julho de 2017.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS (MDH). Violência LGBTQI+ no Brasil: dados da violência/ elaboração de Marcos Vinícius Moura Silva – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em [https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/MDH\\_violencia\\_2018.pdf](https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/MDH_violencia_2018.pdf), acesso no dia 19/03/2022.

NARDI, H.C.; MACHADO, P.S.; MACHADO, F.V.; ZENEVICH, L. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Teoria e Sociedade*, nº 21.2, p. 179-200, julho-dez, 2013.

RAMOS, S.; CARRARA, S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006.

SILVA, C.C. (Org.). *Estudos de História e Filosofia das Ciências: subsídios para aplicação no ensino*. São Paulo: Livraria da Física, 2006.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.